

# Revolução de 23: acervo de Assis Brasil será explorado

Milhares de documentos que foram retirados do Castelo de Pedras Altas há cinco anos vão começar a ser analisados e catalogados

MAUREN XAVIER

Completado um século da Revolução de 1923, marcada pelo confronto entre chimangos e maragatos no Rio Grande do Sul, parte do acervo inédito de Joaquim Francisco de Assis Brasil, uma das lideranças dos chimangos, começará a ser explorado. A diversidade de documentos é grande, uma vez que não deve se deter apenas aos acontecimentos do conflito civil, mas à discussão sobre o código eleitoral de 1932, que garantiu, por exemplo, o voto às mulheres. O conteúdo estava na propriedade da família de Assis Brasil, o Castelo de Pedras Altas, no Sul do RS, local onde foi assinado o tratado de paz, que recebeu inclusive o nome da propriedade. A etapa de análise e catalogação começará em breve, uma vez que, na semana passada, o Fundo para Reconstituição de Bens Lesados, vinculado ao Ministério Público do RS (MPRS), autorizou o repasse de cerca de R\$ 300 mil para a contratação de equipes especializadas para fazer esse serviço.

“Eles (os documentos) podem recontar uma parte importante da história do país e do Estado”, resume o coordenador do Centro de Apoio Operacional de Meio Ambiente do MPRS, promotor Daniel Martini, que está à frente da preservação do conteúdo. Nessa primeira etapa será feita a organização, catalogação, além da análise técnico-científica. Dependendo do ritmo, é possível que a primeira etapa seja concluída até o final do ano.



Assinatura do tratado que deu fim à Revolução no Castelo de Pedras Altas

Parte do acervo foi retirada do castelo pelas condições inadequadas em que estava sendo mantido. Isso ocorre porque, em função das infiltrações, alguns itens estavam se deteriorando por causa da umidade e da má conservação. Assim, os arquivos foram trazidos em um caminhão para Porto Alegre em fevereiro de 2019 e estão sendo armazenados em local com condições controladas no Memorial do MPRS, no centro de Porto Alegre. Martini recorda que ainda não é possível ter uma dimensão do conteúdo histórico dos documentos. Isso porque eles estavam espalhados por cômodos do Castelo. “Agora estão a salvo.”

Após primeira etapa de organização e catalogação, começará a parte do estudo do conteúdo desses documentos. A intenção é digitalizá-lo e torná-lo público. “O importante não é nem que a gente avalie documento por documento (...), mas que a gente catalogue e digitalize pa-

ra torná-los públicos para que historiadores e estudiosos possam avaliar e estudar esses documentos. E isso vai produzir efeitos e resultados ao longo de muito tempo. São milhares e milhares de páginas de documentos”, pontua. Ele apontou ainda que, após a conclusão dessas etapas, o acervo deverá retornar ao Castelo de Pedras Altas, assim que o mesmo tiver condições de recebê-lo.

**JUSTIÇA ELEITORAL.** O possível conteúdo que consta nos arquivos tem chamado a atenção da Justiça Eleitoral gaúcha. Tanto que o presidente do TRE-RS, desembargador Francisco José Moesch, apresentou na semana passada uma proposta para auxiliar no serviço de preservação do acervo. A ideia é que a Justiça Eleitoral colabore com profissionais e que tenha acesso aos documentos relacionados às discussões sobre as mudanças do processo eleitoral à época.

## Associação busca apoiadores para obras

Após o processo de recuperação e catalogação, a documentação retornará ao Castelo de Pedras Altas, que também passará por obras de restauração. A propriedade foi tombada pelo governo do Estado em 1999 e, dez anos depois, foram tombados os bens móveis do Castelo no estilo medieval, que são formados por inúmeras peças, além da biblioteca particular, que é formada por itens raríssimos, somando cerca de 21 mil livros, sendo considerada uma das maiores bibliotecas da América Latina. No ano passado, a propriedade, que tem 300 hectares, foi comprada pela família Segat, de Santa Maria, que busca tornar o espaço um museu.

Atualmente, a Associação Castelo de Pedras Altas está

na fase de captação de recursos para a realização da primeira de quatro etapas de restauração. No final do ano passado, foi aprovado pela Lei de Incentivo à Cultura (LIC) a liberação de de R\$ 1,9 milhão. Desse valor, ele adianta que R\$ 900 mil já foram captados, o que permitirá dar início aos trabalhos, enquanto segue a busca do restante do valor. Com o apoio da LIC, as empresas que pagam ICMS ao governo do Estado podem destinar os recursos para o projeto. Nessa primeira etapa, que tem previsão de iniciar já no próximo mês, serão feitas melhorias para combater as infiltrações, recuperação do reboco interno e troca da fiação elétrica e da hidráulica.

“Esse legado é da sociedade. Essa é a nossa história”, co-

menta o presidente da Associação, advogado e pecuarista Luiz Carlos Segat, de 56 anos. Ele recorda que ao fazer a aquisição da propriedade não tinha conhecido da bagagem histórica do espaço e que isso mudou completamente os planos para o terreno, que seria destinado à agricultura. Segat ressalta a importância da preservação da história, mas também considera a recuperação uma homenagem à contribuição de Assis Brasil. Além de político e liderança, ele é patrono da Agricultura no Estado e esteve à frente da discussão do código eleitoral de 1932.

Apesar de aguardar o início das obras, a propriedade está aberta apenas para visitas guiadas (informações Instagram @castelopedrasaltas).

Uma rede completa para cuidar de você, esteja onde estiver.

Somos 27 Singulares no RS.

Unimed

ANS - nº 367087



TALINE OPPITZ

taline@correiodopovo.com.br

## AL: projetos deflagram o chamado efeito cascata

Com a aprovação, pelo Congresso Nacional, no final de 2022, dos novos valores dos subsídios dos ministros do Supremo Tribunal Federal, estipulando a atualização a partir de 1º de abril deste ano, era somente uma questão de tempo até que o chamado efeito cascata entrasse no cenário. A iniciativa impacta o subsídio de todos os membros do Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública, segundo a legislação sancionada pelo presidente Lula, em 9 de janeiro. No Rio Grande do Sul, foram protocolados na Assembleia Legislativa, na última sexta-feira, projetos de ampliação dos subsídios do Tribunal de Justiça, Ministério Público e Defensoria Pública. As propostas em tramitação contam com praticamente as mesmas justificativas. No caso do Tribunal de Justiça, o impacto orçamentário e financeiro para o exercício de 2023, segundo o texto, será de R\$ 19,5 milhões, considerando a implementação da primeira parcela, em abril. O impacto para os dois exercícios subsequentes será de R\$ 51,6 milhões, com a segunda parcela em fevereiro de 2024, e de R\$ 82,8 milhões, com o pagamento da terceira parcela, em fevereiro de 2025. Na Defensoria Pública, o impacto foi calculado de forma distinta, com o valor dos vencimentos a partir do pagamento das parcelas, que, no total, correspondem a 90,25% do subsídio mensal dos ministros do STF. Com a vigência da primeira parcela, os defensores receberão R\$ 37,5 mil, em 2024, o valor subirá para R\$ 39,7 mil, e, em 2025, com a terceira leva, R\$ 41,8 mil mensais. Em 20 de dezembro, no apagar das luzes da última legislatura, e na onda do Congresso, os deputados estaduais gaúchos aprovaram o aumento dos salários em 16% para a atual legislatura.

## Projeto visa ampliar fiscalização de goleiras

Os vereadores de Porto Alegre Comandante Nádia (PP) e Claudio Janta (Solidariedade) apresentaram juntos projeto de regramento e fiscalização de goleiras na Capital. Em locais públicos e privados. A regra, que deve ser aprovada, terá o nome de Marina Fallavena, uma das vítimas de uma queda de goleira em novembro de 2022.

## Receitas públicas na mira dos tribunais

A Associação dos membros dos tribunais de contas do país (Atricon), publicou nota orientando as cortes a estimularem os gestores públicos para que publiquem dados sobre os gastos tributários, como as desonerações fiscais concedidas, suas justificativas, os valores renunciados, beneficiários e as contrapartidas e impactos estimados e gerados. Segundo o presidente da Atricon, conselheiro Cezar Miola, o tema necessita mais atenção, inclusive no âmbito da fiscalização externa. “Normalmente damos muito relevo às despesas públicas, mas a receita, nos seus múltiplos aspectos, nem sempre recebe o mesmo tratamento”, disse Miola à coluna. A diretriz visa um maior controle sobre os benefícios fiscais concedidos, os favorecidos e resultados à sociedade.

## Relações históricas e necessárias

Com a Copa do Mundo de 2022 no Catar e com o Carnaval deste ano, ficou ainda mais evidente, em função dos cenários impostos, que o Carnaval e a política, assim como o futebol e a política, sempre estiveram muito próximos, em relações históricas e necessárias.

## APARTES

■ Em 1º de abril de 2021 entrou em vigor a Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Os órgãos públicos tiveram um período de transição de dois anos para adaptação. A partir de abril deste ano, no entanto, apenas a nova regra poderá ser utilizada. O Tribunal de Contas do Estado tratou da pauta em encontros regionais para os órgãos fiscalizados e a oficina sobre o tema foi uma das mais procuradas nos dez eventos que reuniram mais de oito mil participantes. Além de orientação, o tribunal realizou cursos e atividades de aperfeiçoamento.

■ O trabalho do vereador Mauro Zacher (PDT), falecido no ano passado, segue trazendo resultados para Porto Alegre por meio da aplicação dos recursos destinados por ele nas chamadas emendas parlamentares impositivas. Uma delas é a câmera de monitoramento no cruzamento das avenidas São Pedro e Presidente Roosevelt. Solicitada pela comunidade, ela foi incluída por Zacher no Orçamento 2022 e é uma das “heranças” que o vereador deixa para o 4º Distrito, região em que nasceu e onde sempre teve apoio político e comunitário.

Colaborou Mauren Xavier

